

Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às nove horas, na sede do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo, sito a Rua Tarquínio Cobra Olintho, número 69, Vila Pereira, município de São José do Rio Pardo, SP, reuniu-se ordinariamente o Comitê de Investimentos do RPPS de São José do Rio Pardo, presentes os seguintes membros: Anderson Luís Fonseca Pirola, Cintia Ribeiro da Silva, Eduardo de Paula Marin, Filipe Giordan Santos Garcia e Fabiano Boaro de Sousa. Assuntos da pauta: 1 – Análise do Relatório dos Investimentos com posição a 30 de outubro de 2020; 2 – Definição da Política de Investimentos para o exercício 2021; 3 – Assuntos Diversos. O presidente passou a palavra ao diretor financeiro sr. Eduardo para comentários do item 1 da pauta. Com a palavra, o sr. Eduardo entregou a cada membro o relatório dos investimentos, comunicou que o Marcos da empresa de consultoria financeira LDB, entraria na reunião via Skype para explanação sobre os investimentos e expectativas para 2021. Marcos começou a explanação com a parte especulativa do mercado, projeções do Banco Central do Brasil sobre as taxas de juros e as negociações das Notas do Tesouro Nacional – NTN-Bs, sendo que as mais longas com vencimento em 2055 remunerando inflação IPCA acrescido de juros 4,30%. Em outro ponto, Marcos demonstrou as projeções do PIB para 2021 rodando em 3,47%, o mercado financeiro sendo estimulado com a Selic no patamar de 2% a 2,75% ao ano. Marcos enfatizou a real necessidade de diversificar os recursos, visando os ativos mais longos que estão mais próximos ao cumprimento de meta atuarial, a necessidade do RPPS e de longo prazo e a renda fixa ficará cada vez mais distante deste cumprimento de meta, ainda, a renda variável apresenta o maior poder de recuperação em momentos de crise, foram observados nos gráficos os comportamentos dos principais índices da renda fixa e renda variável, onde que nos meses que ocorreram quedas nos dois seguimentos foram afetados, concluindo que estamos sendo empurrados para o risco retorno, o conservadorismo da renda fixa não está fazendo mais sentido para os objetivos atuariais dos RPPS. Marcos aproveitou para avaliar a minuta da Política de Investimentos 2021, comentando sobre a elevação nos limites na renda variável, conseqüentemente a redução da renda fixa. Eduardo comentou sobre essa dificuldade de entrar no seguimento mais volátil para o IMP que até o ano passando mantinha o PL praticamente todo na renda fixa. Marcos avaliou com isso é algo rotineiro nos RPPS, exemplificando que por muito tempo a Selic esteve no patamar de 14% ao ano, com isso os RPPSs não foram para a renda variável por não estarem necessitando de riscos, somente a renda fixa era suficiente para o cumprimento de meta atuarial, agora a realidade mudou muito, a capacitação dos envolvidos na gestão do RPPS será importantíssima para entrar em nossos seguimentos. Marcos também falou dos investimentos no exterior, a própria Secretaria de Previdência Social analisou a necessidade dessa diversificação, buscando outros mercados o RPPS deixa de estar exposto a situações de instabilidades governamentais e outros, que afetam diretamente o mercado financeiro doméstico de volume reduzido como no caso do Brasil. Marcos concluiu a explanação destacando que a política de investimentos 2021 está bem alinhada com os objetivos quanto o perfil do IMP, colocando a equipe da LDB para qualquer esclarecimento, ajuda e demais obrigações, deixando um forte abraço a todos. Os membros do Comitê despediram do Marcos, agradecendo pela disponibilidade da apresentação. Eduardo dando seguimento ao segundo item da pauta, a minuta da política de investimentos para 2021 foi entregue na reunião ordinária anterior, sendo definida da seguinte forma. Meta Atuarial: INPC+5,47% ao ano, limites da Resolução 3922 e alterações: Renda Fixa: Artigo 7º, inciso I, b, objetivo 45%, inferior 40%, máximo 80%; Artigo 7º inciso III, b, objetivo 0,75%, inferior 0,50%, máximo 1%; Artigo 7º, inciso IV, a, objetivo 30%, inferior 10%, máximo 40%; Artigo 7º, inciso VII, b, objetivo 1,5%, inferior 1%, máximo 2%; Renda Variável: Artigo 8º, inciso I, a, objetivo 7%, inferior 0,75%, máximo 10%; Artigo 8º, inciso I, b, objetivo 2%, inferior 0,75%, máximo 5%; Artigo 8º, inciso III, objetivo 2%, inferior 1%, máximo 3%; Artigo 9º A, inciso II, objetivo 0,50%, inferior 0,25%, máximo 1%; Artigo 9º A, inciso III, objetivo 0,75%, inferior 0,50%, máximo 1%. As posições por seguimentos em 30 de outubro de 2020 foram: Renda Fixa com 97,45% e na Renda Variável com 2,55%. A Política de Investimentos para 2021 foi definida e ratificada por todos os membros do Comitê e será encaminhada para aprovação do Conselho Administrativo do IMP para deliberação. Nada mais havendo a tratar, sr. Presidente Fabiano agradeceu os membros pela presença encerrando a reunião do dia. Eu, Eduardo de Paula Marin, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos.

Anderson Luís Fonseca Pirola _____

Cintia Ribeiro da Silva _____

Eduardo de Paula Marin _____

Fabiano Boaro de Sousa _____

Filipe Giordan Santos Garcia _____

